FONTE : 0 ESP

CLASS. :

295

DATA : 09 07 87

PG. : 03.

editorial

Que se ouçam os interessados

De acordo com decisão adotada no Ministério das Minas e Energia, o Departamento Nacional da Produção Mineral está impedido de conceder alvará para exploração mineral em áreas de reservas indígenas. Essa decisão foi tomada ao arpejo de lei vigente e de portaria da Funai, a primeira sancionada e a segunda baixada precisamente para ensejar tal exploração, que é de interesse público, visto que com a atividade ora obstada todos ganham e ninguém perde — salvo aqueles que rezam pela cartilha do quanto pior, melhor. Os próprios silvícolas, por intermédio de lideranças do Alto Rio Negro, que representam 45 mil deles, em reunião com o presidente da Funai, expressaram ponto de vista incensurável: "Como a farinha de mandioca e o artesanato indígena perderam o valor, o que vale agora é o mineral". Essa afirmação pertence a Alvaro Sampaio, representante dos tucanos, e vale como lição a quantos desconheçam ou julguem que podem relêgar a plano inferior a realidade contida nas palavras simples, proferidas por alguém que revela ter a cabeça no lugar e os pés no chão. Ocorre que a Funai repassa, sob forma de royalties, os lucros da exploração mineral às comunidades que são titulares das terras; e esses lucros permitem

aos indígenas a viabilização de projetos econômicos próprios, com o que se alivia de peso nada insignificante a própria Funai.

Claro, quanto maior for a autonomia das tribos, melhor. Com isso, entretanto, não parece estar de acordo a Igreja, que chega a ser tachada pelo presidente da Foiarn — Federação das Organizações dos Índios do Alto Rio Negro —, Edgar Rodrigues (baré), de empresa "alienígena", empenhada em trabalhar contra a autonomia em questão. Ele acusa o Cimi (Conselho Missionário Indigenista) de organizar a matança e impor planos estranhos aos interesses da nação a que pertence; e não tem receio de proclamar: "O Cimi é totalmente especulativo porque não aspira à nossa realidade propriamente dita. Quer que o índio fique numa vitrina". Já se tem repetido nestas Notas que existe um falso propósito de defender os silvícolas, impedindo-os de integrar-se no processo de civilização. Para quê? Primeiro, a fim de usá-los como massa de manobra para uma política que tem algumas raízes lá fora, traçada para congelar as regiões que habitam, cujas áreas se busca ampliar e têm sido expandidas a ponto de, somadas, perfazerem 10% do território do País. Depois, pa-

ra — numa manobra afoita — subtrair à soberania nacional essas regiões. A 8 de agosto de 1984 o jornal *El Universal*, de Caracas, publicou documento tido como confidencial, pertencente ao governo da Venezuela. O título da notícia condensa a matéria: "Setores de ultra-esquerda pretendem internacionalizar a Amazônia".

Trata-se de documento que alinha nomes de pessoas e entidades que tentam, desde o começo dos anos 70, por intermédio de lobbies poderosos que atuam em todos os países que participam da Grande Amazônia, com o objetivo aparente de favorecer os índios, alcançar três metas, formuladas com clareza: desmembrar a unidade nacional dos países amazônicos, pelo reconhecimento das nacionalidades indígenas; estabelecer o território das nações indígenas independentemente das fronteiras atuais; e obter por parte daqueles países a afirmação dos direitos das novas nações sobre os recursos naturais de seus territórios, principalmente hidrocarbonetos e minerais nobres. Ora, na medida em que se paralise a exploração mineral nas reservas ocupadas por silvícolas (pasmem o leitor, porque há entre os atuais constituintes os que anseiam por vedá-la) faz-se uma concessão a

política mencionada, sem que se dê conta de que ela contraria o interesse e compromete a soberania nacional!

No XXXIV Congresso Brasileiro de Geologia o índio Caximi, dos carajás, convidado a falar sobre o tema que dá ensejo a este comentário, mineração em terras indígenas, declarou com ênfase: "O problema atingiu tais proporções que entidades estrangeiras, totalmente divorciadas da cultura indígena e agora cada vez mais catequistas, aparecem cada vez mais interessadas no subsolo do que na alma do índio". Ninguém ignora que esse mesmo subsolo abriga recursos naturais de valor incalculável. Seria impatriótico não os aproveitar, dinamizando o desenvolvimento, transformando-os em riqueza e, sem dúvida, proporcionando aos indígenas, quando suas reservas se situarem sobre esses recursos, a oportunidade de receber o pagamento devido e elevar seu padrão de vida, associando-se ao progresso que os cerca. É só ouvi-los com atenção para entender a justeza do que querem. Não é de crer que o legislador constituinte, em vez de aderir à causa por que se batem, venha a opor-se a ela. Logo, falecem razões para contrariá-la desde logo, pisoteando a lei que a protege.